



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

## **ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE ROTEIRO ALTERNATIVO EM BAIRRO POPULAR DE SALVADOR, TERRITÓRIO DE RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DO CEEP-BA, CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO – ESTUDO DE CASO DA MATA ESCURA**

**Flávia Souza da Silva**

Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia – CEEP-BA  
*flaviass.souza@gmail.com*

**Aderlan Passos Santos**

Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia – CEEP-BA  
*aderlanpassos@gmail.com*

### **1 INTRODUÇÃO**

No ano de 2015, a professora Flávia Souza, do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia - CEEP-BA, ao ministrar a disciplina Turismo Territorial e Regional 2, no Curso Técnico em Guia de Turismo, percebeu o desconhecimento dos estudantes em relação aos aspectos históricos e culturais do seu bairro. Então, solicitou a estes uma pesquisa sobre o tema, a fim de que eles construíssem um roteiro alternativo no bairro em que residem, além de guiarem seus colegas de turma, como atividade avaliativa.

Vários roteiros foram criados, mas aqui serão apresentados apenas dois: 1) São Gonçalo do Retiro e 2) Mata Escura; os quais fazem parte dos territórios de estudo do grupo de pesquisa sobre Turismo de Base Comunitária da UNEB. O objetivo geral, proposto neste pôster, é motivar a comunidade local para realização do Turismo de Base Comunitária; os objetivos específicos são: 1 - Investigar sobre pontos de interesse turístico em um bairro popular de Salvador, local de residência do aluno do curso técnico em guia de turismo do CEEP-BA; 2 - Identificar aspectos culturais do bairro a ser contemplado em um roteiro turístico; 3 - Criar e realizar roteiro turístico alternativo; e 4 - Promover rodas de conversa com a comunidade.

O tema é relevante porque colabora com resgate cultural e valorização do patrimônio cultural geral, como também proporciona a imersão dos estudantes no seu território, como membros comunitários e sociais, aprendendo a trabalhar coletivamente no próprio bairro. Esses aspectos serão abordados no VI ETBCES, com tema Comunidades em Diálogo.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Os materiais e métodos utilizados foram: definição das equipes de trabalho e bairro onde realizaria o roteiro alternativo; orientações em sala de aula para o planejamento de roteiros turísticos; pesquisas bibliográficas e de campo, desenvolvidas pelos alunos; diálogo e articulação com antigos moradores e as instituições a serem visitadas; realização do roteiro turístico e avaliação da atividade.

Os resultados que os estudantes apresentaram ao pesquisar sobre a história e aspectos culturais do bairro popular onde moram foram: descobriram suas origens; passaram a criar laços com o seu território; valorizaram mais a cultura local, despertaram o desejo em ajudar a resolver problemas da comunidade e a colaborar no estímulo de novas oportunidades de crescimento.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico para desenvolver este trabalho os autores consultados foram os que falam sobre o desenvolvimento local, que estudam valorização cultural, identidade e patrimônio; economia solidária; vida comunitária; experiências de coletividade; e do Turismo de Base Comunitária.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

De acordo com Ana Menezes e Maria de Fátima Campos (2012), “O conceito de desenvolvimento local deve estar pautado na valorização simultânea dos recursos naturais e, sobretudo, na valorização das potencialidades humanas”. Compreende-se que entre as potencialidades humanas, encontram-se as necessidades e as aptidões que favorecem a preservação da cultura regional e o respeito ao modo de vida local.

As autoras ainda relatam que as referências locais se dão no dia a dia, nas relações pessoais, na mobilidade urbana, no atendimento das necessidades diárias, na sua maioria através de trocas, de bens e serviços; Assim, o desenvolvimento local é intrínseco à capacidade humana e ao espaço de convivência, à participação individual e coletiva diante de demandas que possibilitem o bem-estar da coletividade, por isso o desenvolvimento local deve ser pensado pelos próprios moradores, que conhecem e devem lutar pelos seus próprios interesses, pois no processo de desenvolvimento local, é fundamental que a comunidade construa e defenda seus interesses e não apenas fique na posição de beneficiária do



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

desenvolvimento. Para planejar o desenvolvimento local é importante pensar em questões como a educação e as ações de empreendedorismo comunitário para estimular o desenvolvimento local.

Esse tema ganhou importância diante da intervenção de novos atores sociais e políticos de reorientação do Estado, na ação de diferentes instituições governamentais e não governamentais, na consolidação de políticas públicas que viabilizem demandas locais. Existem parceiros, mas a autoria e a realização de atividades devem ser uma prática da comunidade (MENEZES; CAMPOS; SOUZA, 2012).

Para continuar compreendendo os estudos e os conceitos da política de desenvolvimento econômico territorial, observaram-se alguns aspectos da pesquisa apresentada pelo Instituto Latinoamericano de Planificación Económica e Social (ILPES) / CEPAL (órgão executor da pesquisa).

Segundo ILPES/CEPAL (2010),

A pesquisa teve o caráter exploratória sobre políticas e instituições brasileiras que buscam associar desenvolvimento e território. O objetivo da pesquisa foi avaliar o estado da arte das políticas e instituições para o que ILPES/CEPAL denominou Desenvolvimento Econômico Territorial - DET. Para efeito da pesquisa, DET é compreendido como “a capacidade de uma sociedade local formular propósitos coletivos de progresso material, equidade, justiça social e sustentabilidade e mobilizar os recursos necessários para sua obtenção”, de acordo com o conceito formulado por ILPES/CEPAL. A pesquisa foi realizada entre maio e agosto de 2006, e faz parte de um conjunto de investigações que ocorreu simultaneamente em dez países da América Latina e do Caribe. O período examinado, do início da década de 1990 até 2003, foi definido em função das reformas políticas e econômicas ocorridas na maioria dos países da América Latina e do Caribe. A pesquisa buscou confirmar hipóteses apontadas por ILPES referentes aos temas: o discurso público favorável ao Desenvolvimento Econômico Territorial; o universo das políticas públicas relacionadas com DET; a prática institucional das políticas públicas setoriais; a prática institucional das políticas públicas territoriais; a autonomia e possibilidades de protagonismo territorial. A primeira hipótese do ILPES foi que: os países da América Latina e Caribe viveram uma transição das políticas regionais, que entendiam o desenvolvimento como crescimento do centro para a periferia, para políticas de desenvolvimento econômico local e territorial, que entendem o desenvolvimento como processo endógeno, dependente da iniciativa local, considerando o período de 1990 até a atualidade. Os discursos de políticas públicas deveriam confirmar esse entendimento. Foram analisados planos nacionais do governo federal, formulados entre de 1990 e 2003, entrevistadas autoridades em Brasília e concluiu-se que nesse período houve uma transição das políticas de desenvolvimento associadas ao território no país. No início da década de 1990, planos de desenvolvimento defendiam a implantação de atividades industriais nas macrorregiões mais pobres (ILPES, 2010).



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Para compreender a evolução e a valorização de ações que fomentam o desenvolvimento local, a seguir, será apresentada a evolução dessa política.

No início da década de 1990, planos de desenvolvimento defendiam a implantação de atividades industriais nas macrorregiões mais pobres do país, com apoio de instituições federais como a Sudene. Em meados da década de 1990, o mais importante era a promoção de investimentos em infraestrutura que permitissem a conexão dos vetores mais dinâmicos da economia nacional com a economia global, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Já no fim da década de 1990, notou-se a implantação de políticas que buscavam o desenvolvimento local, a partir da concertação e da conjugação de esforços públicos e privados. No início dos anos 2000, observou-se um progressivo envolvimento dos governos estaduais com o tema do desenvolvimento regional e local e maior participação dos municípios. Nesse período também foi criada uma política para mesorregiões diferenciadas. A partir de 2003, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional passou a reconhecer a desigualdade e a diversidade existente em todo território nacional, adotou a escala microrregional como referência e elegeu as mesorregiões como prioridade. Também foram criadas políticas para apoiar o desenvolvimento territorial, a exemplo dos territórios rurais sustentáveis (ILPES, 2010).

É a partir dessa nova política e tendência que se observam esforços em valorizar a cultura local e a preservação da diversidade e patrimônio regional, com mais efetividade. Também, a descentralização de administração dos recursos e implantação de ações com cogestão público/privado, governo federal com governos estaduais e municipais, governo e comunidade favoreceram a expansão do desenvolvimento local. Mas o que de mais significativo aconteceu nos avanços desse tema foram atividades que incluíram a comunidade no pensar e planejar o desenvolvimento da sua região e local de moradia, com a criação de fóruns e conselhos locais para discussão de temas e aprovação de ações.

A comunidade, ao ter acesso a mais informações e conhecendo trâmites políticos e legais para usufruir dos seus direitos, enquanto cidadão e ao descobrir a força coletiva comunitária sem, necessariamente, estar associado aos poderes público, passou a ser protagonista da transformação espacial e social do espaço em que vive.

As políticas setoriais são parte importante do Desenvolvimento Econômico Territorial - DET, cabendo identificar as ações setoriais que se atuam de maneira articulada para a promoção deste, o que abrange diferentes áreas temáticas. Para o ILPES (2010), uma série de fatores estratégicos tem contribuído para explicar as políticas de DET, que promovem trajetórias territoriais exitosas. O universo dessas políticas bem sucedidas envolveria as áreas de infraestrutura econômica básica, fomento produtivo e empresarial, ordenamento do território e políticas setoriais específicas.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

A pesquisa apontou que atualmente não há uma política nacional de Desenvolvimento Econômico Territorial- DET no Brasil, mas várias iniciativas governamentais dirigidas ao fomento de atividades produtivas, à geração de emprego, trabalho e renda e desenvolvimento local, territorial ou regional. Essas políticas estão vinculadas a diferentes áreas setoriais e são de autoria dos governos federal, estaduais e municipais.

A investigação se concentrou no plano federal e identificou um grande número de políticas e instituições mencionadas pelo Instituto Latinoamericano de Planificación Económica e Social (ILPES). Essas políticas são promovidas por diferentes instituições das áreas de desenvolvimento regional, social, agrário, planejamento, meio ambiente, indústria, comércio, trabalho, bancos oficiais e instituições de apoio à micro e pequenas empresas.

A prática das políticas públicas territoriais ILPES/CEPAL (2010) indica “a existência de grande variedade e multiplicidade de estratégias territoriais”, bem como, “a adoção de procedimentos variados e múltiplas definições acerca da natureza e da importância da dimensão territorial para o bom desempenho das políticas públicas”.

Foi revelado, através da pesquisa, que existe um grande contingente de territórios distintos convivendo no país. Há macrorregiões, regiões integradas de desenvolvimento econômico e social, regiões metropolitanas, mesorregiões, microrregiões, regiões especiais (Amazônia Legal, Faixa de Fronteira, Semiárido Nordeste), territórios rurais, bacias hidrográficas, consórcios de desenvolvimento, territórios quilombolas, territórios indígenas; entre outros territórios e regiões criados pelo Estado.

A pesquisa apurou também que algumas áreas setoriais, que atuam diretamente no território, estão promovendo a criação de institucionalidades locais, por acreditarem que a integração das ações públicas deve acontecer no território. São descritos brevemente fóruns das mesorregiões, territórios rurais sustentáveis, consórcios de desenvolvimento, conselhos das cidades e pactos de concertação.

Os resultados da investigação indicam também que falta articulação entre as instituições territoriais federais. Apesar de algumas ações integradas pontuais, a desarticulação é comum, como demonstra a comparação de municípios que participam de Consad's e de Territórios Rurais Sustentáveis.

Quanto à descentralização administrativa, os estados têm tomado iniciativas que objetivam aproximar a administração pública das microrregiões, articular as ações públicas no território, valorizar as instituições e a participação da sociedade local. As instituições



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

territoriais promovidas têm perfis diferentes. O Ceará conta com escritórios técnicos de desenvolvimento local e regional, conselhos e agropolos; Santa Catarina com secretarias de desenvolvimento regional e conselhos; no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul a instituição regional é um conselho autônomo.

O protagonismo territorial apontado por ILPES/CEPAL também deve considerar as iniciativas promovidas por organizações da sociedade. A pesquisa identificou diferentes casos de protagonismos relacionados ao desenvolvimento econômico territorial, promovidos por organizações sociais oriundas de segmentos distintos ou resultado de alianças. Em muitos casos essas iniciativas da sociedade encontraram apoio e se fortaleceram com ações públicas.

Para que o desenvolvimento regional seja construído a partir da organização dos atores presentes no território, é necessário valorizar a diversidade, articular as múltiplas escalas territoriais, as políticas setoriais e as ações dos três entes federados, com ampla participação da sociedade. Esse é o entendimento da PNDR, que defende essas teses, mas não apresenta os instrumentos para possibilitar a adoção desses preceitos na prática.

### 2. 1.1 Educação e desenvolvimento local

Uma forma de incentivar e colaborar com a comunidade para trabalhar pelo desenvolvimento local é investir na educação e criar atividades que promovam a intervenção social no entorno da unidade escolar.

A região de São Joaquim, no sul do Estado de Santa Catarina, era uma região pobre, de pequenos produtores sem perspectiva, e com os indicadores de desenvolvimento humano mais baixo do Estado. Como outras regiões do país, São Joaquim, e os municípios vizinhos, esperavam que o desenvolvimento “chegasse” de fora, sob forma do investimento de uma grande empresa, ou de um projeto do governo. Há poucos anos, vários residentes da região decidiram que não iriam mais esperar, e optaram por outra visão de solução dos seus problemas: enfrentá-los eles mesmos. Identificaram características diferenciadas do clima local, constataram que era excepcionalmente favorável à fruticultura. Organizaram-se, e com os meios de que dispunham fizeram parcerias com instituições de pesquisa, formaram cooperativas, abriram canais conjuntos de comercialização para não depender de atravessadores, e hoje constituem uma das regiões que mais rapidamente se desenvolve no país. E não estão dependendo de uma grande corporação que de um dia para outro pode mudara de região: dependem de si mesmos. (DOWBOR; LADISLAU, 2012).

A perspectiva é de que todos são donos da própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz. Isso constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país, pois tira da comunidade a atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente ou do pessimismo passivo, além de devolver ao



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

cidadão a compreensão de agir e construir o seu próprio destino, para tanto a dinâmica social local tem que favorecer o processo.

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas inclusive os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la. (DOWBOR; LADISLAU, 2012).

Há uma dimensão pedagógica importante nesse enfoque. Ao estudarem, de forma científica e organizada, a realidade que conhecem por vivência, mas de forma fragmentada, as crianças tendem a assimilar melhor os próprios conceitos científicos, pois é a realidade delas que passa a adquirir sentido. Ao estudar, por exemplo, as dinâmicas migratórias que constituíram a própria cidade onde vivem, as crianças tendem a encontrar cada uma a sua origem, segmentos de sua identidade e passam a ver a ciência como instrumento de compreensão da sua própria vida, da vida da sua família. A ciência passa a ser apropriada e não mais apenas uma obrigação escolar.

A grande diferença, para municípios que tomaram as rédeas do próprio desenvolvimento, é que em vez de serem objetos passivos do processo de globalização, passaram a direcionar a sua inserção, segundo os seus interesses. Promover o desenvolvimento local não significa voltar às costas para os processos mais amplos, inclusive planetários, mas sim utilizar as diversas dimensões territoriais, conforme os interesses da comunidade.

No território assim constituído, as pessoas passam a se identificar como comunidade e a administrar conjuntamente problemas que são comuns. Este “aprender a colaborar” se tornou suficientemente importante para ser classificado como um capital, uma riqueza de cada comunidade sob forma de capital social. Em outros termos, se antigamente o enriquecimento e a qualidade de vida dependiam diretamente, por exemplo, de uma propriedade rural e do esforço da família, na cidade, a qualidade de vida e o desenvolvimento vão depender cada vez mais da capacidade inteligente de organização das complementaridades, das sinergias no interesse comum.

No território com potencial turístico, que possui patrimônio natural e cultural, que possa despertar interesse de visitantes, a comunidade pode se organizar e coletivamente





## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

planejar e realizar atividade turística, da forma do Turismo de Base Comunitária -TBC, mas o que é TBC?

### 2.2 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA -TBC

Conforme o Ministério do Turismo do Brasil,

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma maneira diferente de se fazer o turismo, sendo esta atividade um modelo de desenvolvimento local, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2008).

Para o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre TBC, da UNEB,

O Turismo de Base Comunitária é uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, que deverão estar articuladas e em diálogo com os setores público e privado, do terceiro setor e outros elos da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades. (CARTILHA O ABC DO TBC, 2012).

Observa-se que o TBC é uma maneira de desenvolver atividade turística em um território, através de uma gestão coletiva, participativa e democrática, realizada por todos e com todos e até com valores voltados mais para relações humanas do que em ações administrativas propriamente ditas, porque a cooperação e a solidariedade são engrenagem desse motor, pois, como já foi dito, a economia solidária é a base do processo.

Os princípios norteadores de como fazer e o que fazer pela comunidade, sem anular sua identidade e essência, sem deixar consequências danosas, como normalmente o turismo tradicional faz, seja na desigualdade da remuneração ou na exploração da mão de obra, com níveis de emprego de alto e baixo escalão, seja na mudança de cenário para agradar aos turistas e não favorecer aos visitantes, além de toda desconsideração e falta de respeito com moradores do destino visitado, ao ignorarem e construírem roteiros/passeios, sem consentimento e inclusão social.

Percebe-se que a política de desenvolvimento local, os territórios apropriados e geridos pelas comunidades locais, inclusive aqueles que têm trabalhado com o turismo, têm na forma de gerir a atividade pelo modelo do TBC, uma consonância com os princípios propostos e possibilita à comunidade uma organização mais justa e solidária, respeitando a





## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

cultura e as questões socioambientais da região. Porque as políticas favorecem e empoderam para realização de atividades, conforme as características e as necessidades locais. No TBC, a matéria-prima é a cultura e a valorização ao patrimônio local.

### 2.3 PATRIMÔNIO

Foi no século XVIII, na França, que o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações e utilizou o termo “patrimônio”. Depois, se estendeu para os bens protegidos por leis e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação. (PINSKY E FUNARI, 2001).

Os autores Pinsky e Funari (2001) relatam que:

A criação de patrimônio nacional intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unifica-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de costumes nacionais, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base a cultura idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. Além disso, ao falar “patrimônio”, em geral, refere-se a uma parte apenas dos bens culturais, o patrimônio histórico-arquitetônico. Esse pensamento foi modificado para um conceito mais amplo, o de patrimônio cultural, que envolve ainda a de patrimônio ambiental, uma vez que hoje concebemos o ambiente como um produto de ação dos homens, portanto, da cultura.

A partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades. Hoje, entendemos que além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Assim, acredita-se que preservar o patrimônio cultural (objetos, documentos escritos, imagens, traçados urbanos, áreas naturais, paisagens ou edificações, músicas, rezas, receitas de comidas regionais etc.) é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

O IPHAN (2001) lembra que:

A constituição de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

### 2.4 O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA, ENSINO E PRÁTICA DO TBC

O CEEPBA funciona desde 2009 como um dos Centros Territoriais de Educação Profissional da Bahia, na região metropolitana de Salvador (BA). Funciona em Água de Meninos (anexo à antiga sede da Petrobrás). Atualmente, o Centro tem direcionado sua oferta de cursos técnicos para o eixo de hospitalidade e lazer (Hospedagem, Guia de Turismo, Organizador de Eventos, Lazer e Cozinha), além do curso técnico em alimentos, técnico em gastronomia e técnico em nutrição e dietética, que pertencem a um eixo diferente de atuação.

O CEEP-BA tem, atualmente, boas instalações físicas com laboratórios para aulas práticas e equipamentos audiovisuais como ferramentas pedagógicas. A escola tem desenvolvido atividades como: visitas técnicas (feiras populares, museus, igrejas, centros culturais, parques meios de hospedagem e realizando *tours* em comunidades populares); participação em eventos como salão de turismo e conversas eventuais. Tem desenvolvido também oficinas de camareira, *mise en place*, artesanato com material reciclado, produção de chocolates, reaproveitamento de alimentos, fermento natural para alimentos, vídeos, adubo à base de compostagem, produção de revistas dos bairros dos estudantes e roteiros turísticos alternativos no entorno do CEEP - BA; Além disso, a organização e a realização de eventos na unidade escolar (*workshop* sobre eventos, feira cultural, festa infantil, bazar, lançamento livro, forró do CEEP-BA, mostra dos saberes culturais dos estudantes CEEP - BA etc.); a criação de projetos de pesquisa e intervenção social, como projeto de criação de uma pousada comunitária Kaonge/Rota da Liberdade e da pousada Calafate, a reforma e a ampliação do restaurante Kaonge; a pousada Recanto de Itacaranhã; a criação de roteiros alternativos em comunidades populares; a manutenção das parcerias institucionais como com a UNEB, em que alunos e professores do CEEP - BA participam do grupo de pesquisa e extensão sobre turismo de base comunitária do Cabula e entorno como estudiosos e pesquisadores sobre o



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

tema. Além de propiciar minicursos à comunidade escolar como o de História Oral e de História da Bahia.

As experiências com os alunos e a comunidade geram tecnologias sociais, possibilitando o desenvolvimento local. As atividades do CEEP - BA estendem-se às vivências com seus parceiros diversos (Universidade, Associações, Cooperativas, Redes, empresas públicas e privadas), as quais colaboram na manutenção dos princípios da Comunidade do CEEP - BA e também se alimentam produzindo experiências que surgem a partir desse campo de aprendizagem, que envolvem trabalhos coletivos, autonomia do profissional, economia solidária, sustentabilidade, valorização de ações comunitárias e da identidade cultural, com respeito à diversidade em geral.

A matriz curricular dos cursos técnicos em guia de turismo da educação profissional da Bahia tem como proposta as disciplinas de formação geral (FTG) e outras de formação específica técnica (FTE). O objetivo é levar aos estudantes conteúdos integrados, na sua formação, recebendo contribuições filosóficas, sociológicas, de cidadania, informação sobre organização social e política do trabalho, legislação, direitos e deveres dos trabalhadores, sensibilização para humanização dos seus trabalhos, valorização da sua cultura e território local e do entorno. Todas essas questões estão para além do conteúdo técnico profissional que o aluno procura de forma isolada, inicialmente, nos cursos nos quais se matricula, mas que fazem diferença na sua formação.

Entre as disciplinas de formação técnica, existe uma disciplina por nome de Turismo Territorial e Regional, na qual se promove estudo pelo desenvolvimento local, valorização das diferenças regionais e articulação de atividades que possibilitem independência e autogestão da comunidade. No caso dos cursos do eixo hospitalidade e lazer, levar informações sobre o TBC é uma proposta concreta para os valores e ideias sobre o desenvolvimento do território, de forma próspera, respeitosa e igualitária para moradores locais.

Como atividade prática da disciplina Turismo Territorial e Regional, foi solicitado aos estudantes do curso técnico em guia de turismo a criação de um roteiro turístico alternativo em seus bairros residenciais para guiar seus colegas de sala. A atividade foi planejada e executada, proporcionando uma experiência enriquecedora para todos envolvidos da comunidade CEEP-BA e a comunidade receptora. A seguir, será apresentado o roteiro criado pelos estudantes.



### 3 O ROTEIRO TURÍSTICO ALTERNATIVO DE MATA ESCURA

#### 3.1 O BAIRRO DA MATA ESCURA

Mata Escura é um bairro da capital baiana, Salvador. Limita-se com o Cabula, Marechal Rondon, Jardim Santo Inácio, Pau da Lima e Brasil-gás. Suas vias de acesso são a Estrada da Sussuarana, para quem vem da praia, e a Avenida Cardeal Avelar Brandão Vilella, a famosa Estrada das Barreiras em seu prolongamento que segue até Brasil-gás. Por ter se originado num lugar de cerrada Mata Atlântica, recebeu essa denominação.

No ano de 1870, o local foi objeto de arrendamento por parte de Flaviano Manoel Muniz e Maximiliano José da Encarnação, de sua proprietária, cujo nome conhecido é apenas Dona Feliciano. No final do século XIX e início do século XX, ali foram instalados alguns terreiros de candomblé, entre eles a Casa de Oxumaré e o Terreiro Bate Folha, este lembrado em um grande sucesso cantado pela estrela da Axé Music, Margareth Menezes, e hoje, tombado como patrimônio histórico nacional, pelo IPHAN. Na década de 1930, já se constatava a formação de núcleos de povoamento, com vários casebres, o que torna esse bairro o primeiro a iniciar a expansão interiorana da capital, em função da busca de espaços para moradia popular. Ainda na década de 30, foram construídas, para o abastecimento da cidade, duas represas no Rio Camurujipe, que corta o bairro: a Prata e a Mata Escura, projetadas pelo grande engenheiro baiano Teodoro Fernandes Sampaio. Na década, foi ali erguida a penitenciária Lemos de Brito, ainda hoje, o maior presídio do estado, que possui um importante acervo histórico em seu museu.

Com o grande crescimento populacional de Salvador, a Mata Escura foi objeto do avanço urbanizador, com a instalação em sua área de diversos conjuntos habitacionais, a partir dos anos 1980. Além dessas construções, diversas "*invasões*" ocorrem, sobretudo nas áreas remanescentes da mata, ao sul da Penitenciária. Assim como em muitos outros bairros da capital baiana, a Mata Escura possui diversos problemas urbanos, relacionados ao transporte, à limpeza pública, ao esgotamento sanitário e à violência do tráfico de drogas que ainda impera no Bairro, com três *gangs* rivais que disputam o tráfico de drogas. O bairro abriga uma população de cerca de cem mil habitantes, a localidade está em constante crescimento com os seus negócios com médio, pequenos e microempresários que têm mercados, padarias, oficinas e barbearia, dentre outros.



### 3.2 ROTEIRO TURÍSTICO ALTERNATIVO DA MATA ESCURA

O roteiro turístico alternativo da Mata Escura criado pelos estudantes do CEEP-BA Aderlan Passo e Luzia Santos e moradores locais começou no final de linha do bairro. O ponto de partida foi na frente do posto de saúde onde aconteceu uma roda de conversa com os alunos, amigos de turma e com a professora Flávia. O estudante de guia, Aderlan, informou o roteiro que o grupo iria percorrer e atrativos a serem visitados. Ainda, no final de linha, o grupo andou até a parte de trás da praça onde se observou, ao fundo do Horto Florestal do Cabula, uma parte de Mata Atlântica de Salvador viva até hoje tem entono de 30 hectares. O horto hoje é propriedade do IBAMA, órgão responsável por soltar os animais apreendidos como: cobras, águias, micos, saguis, camaleão e outras espécies de animais.

Após as atividades no final de linha do bairro, o grupo saiu pela rua direta e foi visitar a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão - ACOPAMEC. Foi realizado um *tour* pela instituição em companhia das coordenadoras Simone e Sofia Bento, elas falaram sobre a história da ACOPAMEC, como começou, seus princípios, atividades realizadas, público alvo a ser acolhido pela instituição e também contou sobre os cursos oferecidos, como: violão, teatro, dança e artesanato e os cursos profissionalizantes de auxiliar de saúde bucal, cabeleireiro, costura, culinária, eletricidade predial, estética, informática, panificação e prótese. Atividade essas que ajudam muitos jovens a saírem do mundo das drogas e a terem seu primeiro emprego ou abrir seu negócio. Ainda no *tour*, saímos do núcleo de arte da ACOPAMEC e passamos pela frente do Terreiro Bate Folha.

O local é fechado para visitação nos dias de semana, por falta de pessoas para a monitoria do espaço, sendo os dias mais apropriados para essa visita o, como foi falado por um dos filhos, os finais de semana, quando há pessoas para monitorar a visita o, mas foi possível ver a casa principal do terreiro, a qual está bem preservada. O Terreiro foi fundado em 1916 e   um dos maiores de Salvador, foi reconhecido como território cultural brasileiro, pela Funda o Palmares e como patrimônio cultural brasileiro, pelo Instituto do Patrim nio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); o terreiro foi o local escolhido para finalizar o roteiro turístico no bairro.

Com a visita ao bairro de Mata Escura, foi possível mostrar que na comunidade não tem só violência como a m dia informa, mas também há cultura e uma sociedade do bem que



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

a cada dia está prosperando. Percebe-se que a realização de roteiro, por membros da comunidade, possibilita e colabora com o desenvolvimento local, trazendo benefícios diversos.

### REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

BENILSON Borinelli et al. **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. São Paulo, 2006.

SENRA, Kelson Vieira. **Políticas e desenvolvimento territorial: Políticas e instituições para desenvolvimento econômico territorial. O caso do Brasil** - Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES) Santiago do Chile, fevereiro de 2010.

FERNANDES, Rosali B. **Periferização Sócio-Espacial em Salvador: Análise do Cabula, uma área representativa**. Feira de Santana: Sitientibus, 1993.

GOUVEIA, Anneza Tourinho de Almeida. **Um olhar sobre o bairro: aspectos do Cabula e suas relações com a Cidade de Salvador** /Anneza Tourinho de Almeida Gouveia. Salvador, 2010.

IPHAN. **Processo de Tombamento n 1.486–T–01**. Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, município de Salvador, estado da Bahia. Salvador, 2001. v. I.

\_\_\_\_\_. **Parecer n. 163/03 – 7ª SR, de 22 de abril de 2003**. Ref.: Processo n. 1.486-T-01 – Terreiro do Bate Folha, em Salvador, BA. Salvador, 2003.

MORIM, Júlia. **Terreiro do Bate Folha**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:  
<<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>> . Acesso em: 15 ago. 2016.

MOTA, Flavio Oliveira. **Uma busca pela identidade cultural de origem quilombola na região do Cabula em Salvador**, 2014.

NUNES, Eduardo Jose Fernandes; SOUZA, Dionalle Monteiro. **Educação e Território: estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador**, 2007.

NICOLIN, Janice de Sena Artebagaço Odeart. **Ecossistemas que entoam a mata africana brasileira do Cabula**/ Salvador, 2007.

SERRA, Oderp José Trindade. **Laudo antropológico: exposição de motivos para fundamentar pedido de tombamento do Terreiro do Bate-Folha como patrimônio histórico**,



**VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**

paisagístico e etnográfico do Brasil. 2008. Disponível em:  
<<http://ordepeserra.files.wordpress.com/2008/09/laudo-bate-folha.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SILVA, Francisca de Paula Santos da (Org.). **Cartilha informativa sobre Turismo de Base Comunitária: “O ABC do TBC”**. EDUNEB, 2012.

SILVA, Francisca de Paula Santos da (Org.). **Turismo de Base Comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno**. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 43-52. Artigo: Políticas Públicas e Desenvolvimento local, Ana Maria Ferreira Menezes e Maria de Fatima Henrique Campos.

\_\_\_\_\_. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SANTOS, B. de S. S. et al. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. et al. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

**Turismo e Patrimônio Cultural** / Ors., Pedro Funari e Jaime Pinsky – São Paulo. Ed.: Contexto, 2001. Disponível em:

[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&id=1013:terreiro-do-bate-folha](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=1013:terreiro-do-bate-folha). Acesso em: 20 ago. 2016